

CB.AGRO

“Vocação para bioeconomia”

Associação Brasileira de Bioinovação vai apresentar na COP28 soluções desenvolvidas para uma indústria menos poluente

» RAPHAEL PATI

O Brasil pode se tornar uma referência para o mercado de crédito de carbono internacional. É o que avalia o presidente da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), Thiago Falda. Para o chefe da entidade, o país possui todas as condições para zerar as emissões de carbono até 2050, como prevê o Acordo de Paris, assinado pelo Brasil e por outros 194 países em 2015.

“A gente tem vocação para a bioeconomia, tem diversidade, tem área agricultável, a gente tem uma série de vantagens comparativas, que, se trabalhadas corretamente, podem se transformar em vantagens competitivas e a gente desenvolver uma nova indústria”, disse Falda, em entrevista conduzida pelo editor de Política do *Correio*, Carlos Alexandre de Souza, e pelo jornalista Roberto Fonseca, ontem no *CB.Poder* — programa do *Correio* em parceria com a *TV Brasília*.

Na próxima segunda-feira, Falda fará parte da comitiva da ABBI que apresentará, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2023, a COP28, um estudo sobre o potencial da bioeconomia no Brasil. O objetivo principal, segundo a associação, é apontar os benefícios do uso mais intensivo da biotecnologia na indústria. Para isso, a investigação considera distintas trajetórias

Kayo Magalhães/CB/D.A.Press



para o Brasil até o ano de 2050, dentre as quais é proposto um Cenário Potencial da Bioeconomia. Durante o programa, o presidente deu um ‘spoiler’ da apresentação na COP.

Segundo ele, a pesquisa revela que, tão somente com tecnologias selecionadas pelas associadas à ABBI e pelas outras entidades que também participam do estudo, é possível alcançar uma redução de quase

29 gigatoneladas de CO₂. “É um número expressivo que a gente pode reduzir, e, com certeza, com esse tipo de política sendo adotada, a gente consegue, sim, ser carbono neutro até atingir as metas. Não é uma bala de prata, eu acho que existem várias frentes. Essa é uma frente muito importante, e eu costumo dizer que ela é especial para o Brasil, porque ela é a vocação do país.”

De acordo com a presidente da

ABBI, uma entrada forte do Brasil no mercado de carbono é fundamental para as negociações internacionais do país. Nele, os países que emitem mais poluentes têm que pagar créditos para atingir o limite definido antecipadamente. Os países que emitem menos, por sua vez, conseguem gerar esse crédito, que pode ser vendido para outros países.

“As condições geográficas permitem que o Brasil gere esses



A gente consegue ser carbono neutro até atingir as metas. Não é uma bala de prata, eu acho que existem várias frentes. Essa é uma frente muito importante, e eu costumo dizer que ela é especial para o Brasil, porque ela é a vocação do país.”

Thiago Falda, presidente da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)

excedentes de mitigação em um número muito superior que outros países. Se a gente comparar com os países nórdicos, eles usam dependentes de petróleo. Como eles vão conseguir cumprir as suas metas? Eles vão ter que comprar produtos com menor pegada de carbono, que vão ser produzidos onde? No Brasil. Eles vão ter que comprar créditos de carbono, que vão ser produzidos onde? Aqui.”

Regulamentação

Ainda não há regulamentação para o mercado de carbono no país. No entanto, o texto que define essas regras foi aprovado no início de outubro, na Comissão de Meio Ambiente do Senado. Havia expectativa de que fosse votado na última quarta-feira, o que não ocorreu. O projeto, de autoria do ex-senador Chiquinho Feitosa, começou a ser discutido ainda em 2021 e, segundo o presidente da ABBI, sempre volta à tona às vésperas da COP.

Na visão de Falda, alguns ajustes deveriam ser feitos antes de o projeto ser aprovado. Dentre eles, reverter todos os valores arrecadados pela política do mercado de carbono para o desenvolvimento de tecnologias descarbonizantes, “porque ele não é uma política arrecadatória”. “O objetivo do mercado de carbono é descarbonizar a economia. É você diminuir as emissões”, argumentou.

Além disso, a associação defende que parte dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) seja repassada para outro fundo específico para a descarbonização. “Aí, os setores regulados poderiam recorrer a esse fundo, que é executado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), com os objetivos bem claros, que é para a implementação e desenvolvimento de novas tecnologias”, completou.

*Estagiário sob a supervisão de **Andreia Castro**

IBGE

Setor cultural perde espaço na economia

» RAFAELA GONÇALVES

Na última década, empresas voltadas para o setor cultural perderam peso em relação às companhias voltadas para demais atividades econômicas, como indústria de transformação, comércio e serviços. Segundo dados do Sistema de Indicadores Culturais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação das atividades culturais no total do país caiu de 7,3% em 2011 para 6,7% em 2021.

O levantamento faz uma radiografia de empresas e ocupações ligadas ao ramo cultural, como companhias de teatro, cinema, casas de espetáculos, museus, editoras, empresas de design e de comunicação. A participação da receita líquida dessas empresas em relação às demais atividades também caiu, de 7,9%

para 5,8% em uma década, ficando em R\$ 740,8 bilhões em 2021.

De acordo com o estudo, essa queda da participação da cultura no valor adicionado total da economia, de 10,8% para 8,0% na década, teve como marco o período da pandemia. É esperada uma recuperação do setor em 2022, mas ainda não no nível de 2019. “Evidentemente, essa redução nos últimos 10 anos tem um impacto importante na pandemia. Por mais que estejamos em processo de recuperação, ainda existem resquícios de empreendedores culturais que simplesmente foram exilados, tanto que caiu muito a oferta de produtos culturais”, ponderou o especialista em transformação de negócios, Sandro Magaldi.

O segmento tem proporção maior de empregos informais, se comparado ao total das atividades econômicas. No entanto,

é composto por trabalhadores mais qualificados e pagam maiores salários. Enquanto no total da economia a taxa de informalidade era de 40,9%, na área cultural alcançava 43,2%. Por outro lado, enquanto o rendimento médio do país ficou em R\$ 2.582, entre os trabalhadores dos setores relacionados à cultura a cifra era de R\$ 2.815.

Desigualdade

Ao mapear a presença de equipamentos culturais pelo país, a pesquisa retrata uma grande desigualdade de acesso. O levantamento identificou que 31,4% da população moram em municípios onde não existe museu e 30,6%, onde não há teatros. A situação mais crítica é o cinema, 42,5% da população vivem em cidades sem salas de exibição.

Presidente do Correio visita a Caixa Econômica

Ana Dubeux/CB/D.A.Press



O presidente do *Correio Braziliense*, **Guilherme Machado**, foi recebido na última quinta-feira pelo presidente da *Caixa Econômica Federal*, **Carlos Antônio Vieira Fernandes**, na sede do banco. Servidor concursado da Caixa, Fernandes assumiu o comando da instituição no início de novembro. Há poucas semanas, anunciou o plano de realizar novo concurso para reforçar o quadro de pessoal. O certame só ocorrerá, porém, após a implementação de um programa de demissão voluntária. Segundo Fernandes, a Caixa conta hoje com 87 mil servidores, mas já teve um contingente de 114 mil funcionários. **Guilherme Machado**, por sua vez, comentou os projetos dos *Diários Associados* para 2024.

RECONHECIMENTO

Febrafite anuncia vencedores do Prêmio de Educação Fiscal

Elio Rizzo



Associação reconheceu trabalhos de educação fiscal e das administrações tributárias em cerimônia na Enap

os cidadãos pagantes. “Esse modelo de educação fiscal com um novo sistema tributário vai ser um novo patamar de consciência para o cidadão brasileiro.”

A escolha do local foi simbólica, conforme destacou a presidente da Enap, Betânia Lemos: “A realização

do prêmio aqui na Enap é uma celebração do governo federal à temática da educação fiscal, como pauta prioritária e importante. A educação fiscal permite uma sociedade mais consciente e mais capaz de fazer melhores escolhas para o futuro”.

São patrocinadores do prêmio:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita (Sindifisco Nacional), Associação

Luiz Nova/Febrafite



O anúncio dos vencedores foi feito pela atriz Dira Paes

Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp) e Samambaia Filantropias.

Premiados

Veja os vencedores da edição 2023 do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, na categoria Escolas:

1º Lugar
ECIT Pastor João Pereira Gomes Filho
João Pessoa (PB)
Projeto: Imposto LED: a função social e pedagógica do ICMS

2º Lugar
Escola Quilombola São Pedro Santarém (PA)
Projeto: Músicas e rimas que embalam meu quilombo, fortalecendo a cidadania e cultura quilombola

3º Lugar
Escola Municipal de Educação Básica Alcy Vargas Cheuiche Alegrete (RS)
Projeto: O jardim dos tributos

Os demais vencedores podem ser conferidos em <https://www.febrafite.org.br/>